

Com a esperança posta na futura Constituição

LUIZ CARLOS LISBOA

"Quanto mais a gente lê a respeito de política — dizia Will Rogers, há meio século, em seu país —, mais fica acreditando que cada partido político consegue ser um pouco pior do que o outro." Não é consolo bastante saber que grandes nações passaram pela provação, que estamos passando, de ver que uma vez mais, vamos perder a oportunidade de refazer tudo em matéria de organização partidária, administração e vida parlamentar. A cinco meses da eleição para a Constituinte, sabemos que boa parte dos representantes que vamos escolher para fazer uma nova Carta é em tudo parecida com aquela fatia que vai ser posta para correr do Congresso pelo voto popular de novembro próximo. Dezenas de ajuntamentos com interesses comuns estão adquirindo status de agremiação política representativa, como se não fossem, na maior parte dos casos, pequenas associações promotoras de oportunidades na vida pública. Mas é trabalho quase impossível tentar convencer políticos e legisladores de que a diversidade de expressão política nada tem que ver com a atomização partidária e a maturidade depende muito do aprofundamento nas questões que vão emergindo.

O emocionalismo que envolve, tradicionalmente, a coisa pública nacional começa a apertar o cerco em torno da Constituinte. Sem definição programática ou conteúdo ideológico, homens e partidos estão voltados para a própria sobrevivência política, e sem identidade alguma começam a empenhar-se na busca desordenada e afoita de votos. Esse afã desfigura ainda mais os perfis de indivíduos e agremiações, e agravam irremediavelmente o problema. O exercício da representação teria de resultar de um compromisso do representado com o representante, mas isso hoje é mera ficção no Brasil: a vontade pessoal, momentânea e de conveniência do representante é tudo que importa. A significação desse fenômeno é dramática porque a futura Carta deve reger os destinos do País pelo menos nas primeiras décadas do século XXI. A menos que o destino da Nação seja perder-se em palavras até o final dos tempos, é preciso querer que a próxima Constituição seja um instrumento de justiça, progresso e desenvolvimento.

A eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte teria a vantagem aparente de evitar os vícios das agremiações inexpressivas e dos políticos individualistas que frequentam nossa vida pública — mas o que impediria que esses mesmos homens, peixes dos mesmos remansos partidários, compusessem a Assembléia? É verdade que eles não estariam vinculados a partidos — mas os partidos que estão aí não foram criados por esses mesmos cavalheiros e não refletem, portanto, sua "verdade política"? Não há que perder tempo com essas especulações, porque há aspectos mais importantes para discutir no momento. A Constituição de que o País precisa — para dispensar emendas ou uma nova Carta de dez em dez anos — não pode ser minuciosa e muito menos exaustiva, devendo limitar-se a

princípios, diretrizes e conceitos gerais. Precisa abrir-se a novas formas de expressão social que vão firmar-se com o tempo, como as associações cooperativas e os movimentos em defesa da qualidade de vida. E antes de tudo necessita possuir uma mentalidade que infelizmente ainda não se firmou entre nós mas ganha extraordinária força no Exterior, segundo a qual iniciativa privada e interesse social trabalham muito bem de mãos dadas.

Os poderes da Constituinte são ilimitados, mas a vontade social costuma impor um equilíbrio na feitura de uma Carta, que contém aquela sabedoria que falta aos radicais individualmente. Por isso, basta que o Congresso investido de poderes constituintes não oponha interesses pessoais, ou os vícios tradicionais, ao trabalho dos eleitos em novembro próximo, para que tudo corra bem. Essa é realmente a grande dificuldade. O discurso do político brasileiro comum não se dirige a um país de jovens, de improvisadores, intuitivos e, cada dia mais, insatisfeitos com a retórica dominante na vida pública — o "blá-blá-blá dos candidatos", como o povo chama. Os partidos atuais não falam por ninguém, nem defendem nenhum conjunto de idéias comuns — exceto os de inspiração totalitária, que foram embalados no Exterior, há muitos anos, e agora servem como prova de que há liberdade de pensamento no País. Com agremiações que defendem pleitos particulares e um Congresso que protege uma categoria, a dos congressistas, toda esperança concentra-se em homens públicos isolados, que depois reunidos trão conferir uma nova mentalidade aos seus grêmios e casas legislativas. A reforma dos costumes políticos terá de começar por indivíduos que tenham conquistado uma visão nova da vida em sociedade e da representatividade política.

Se a Constituição de cada um é impossível materializar-se na Constituição de todos, há linhas de convergência que conduzem claramente a amplos denominadores. Um livro, "O País que Queremos — Constituinte, Retiro do Futuro" (ed. Salamandra), reúne, numa coletânea das mais diferentes concepções políticas, todas as visões do preparo e da consolidação de uma nova Carta para o País. Não se trata só de um punhado de esperanças mas de uma discussão aberta sobre o tema do momento, que absorve e apatrona à medida que sua concretização está mais próxima. Nos depoimentos aí reunidos fica patente a anemia e a inexpressividade das agremiações partidárias, assim como o individualismo dos políticos, com as ressalvas de costume. A maneira como cada agremiação consegue ser "um pouco pior do que a outra" é um milagre de avessas, entre nós. Drama visível a olho nu, é impossível viver como se ele não existisse, ou como se fosse uma doença que aflige a todos os regimes do mundo, igualmente. Porque não é essa a verdade e porque ainda que fosse não nos poderíamos conformar com ela, pois todas as nossas esperanças na Constituinte que no próximo ano vai fazer uma nova lei geral, que há de ser a Constituição brasileira do século XXI.